



Revista de Políticas Públicas

E-ISSN: 2178-2865

revistapoliticaspublicas@ufma.com

Universidade Federal do Maranhão

Brasil

Ferreira Santos de Almada Lima, Valéria; Carbajal Arregui, Carola; Nelson dos Reis, Carlos; Triplana, Jorge

CONTEXTUALIZAÇÃO SOCIOECONÔMICA E POLÍTICA DO SURGIMENTO E
DESENVOLVIMENTO DOS PTRCs NA AMÉRICA LATINA E CARIBE

Revista de Políticas Públicas, julho, 2014, pp. 291-297

Universidade Federal do Maranhão

São Luís, Brasil

Disponível em: <http://www.redalyc.org/articulo.oa?id=321131273028>

- Como citar este artigo
- Número completo
- Mais artigos
- Home da revista no Redalyc

redalyc.org

Sistema de Informação Científica

Rede de Revistas Científicas da América Latina, Caribe, Espanha e Portugal

Projeto acadêmico sem fins lucrativos desenvolvido no âmbito da iniciativa Acesso Aberto

CONTEXTUALIZAÇÃO SOCIOECONÔMICA E POLÍTICA DO SURGIMENTO E DESENVOLVIMENTO DOS PTRCs NA AMÉRICA LATINA E CARIBE

Valéria Ferreira Santos de Almada Lima

Universidade Federal do Maranhão (UFMA)

Carola Carbajal Arregui

Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (PUC-SP)

Carlos Nelson dos Reis

Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul (PUC-RG)

Jorge Tripiana

Universidad Nacional del Centro de la Provincia de Buenos Aires (UNICEN)

CONTEXTUALIZAÇÃO SOCIOECONÔMICA E POLÍTICA DO SURGIMENTO E DESENVOLVIMENTO DOS PTRCs NA AMÉRICA LATINA E CARIBE

Resumo: Este trabalho resulta de um Estudo Exploratório acerca dos Programas de Transferência de Renda Condicionada (PTRCs) em desenvolvimento na região da América Latina e Caribe. Objetiva contextualizar a emergência e o desenvolvimento dos PTRCs na região em foco, abordando, para tanto, os fatores de ordem econômica, social e político-ideológica que determinaram a inclusão de tais programas nos Sistemas de Proteção Social da grande maioria dos países latino-americanos a partir dos anos 1990.

Palavras-chave: Contextualização, Programas de Transferência de Renda Condicionada, América Latina e Caribe.

SOCIO-ECONOMIC AND POLITICAL CONTEXTUALIZATION OF THE EMERGENCE AND DEVELOPMENT OF PTRCs IN LATIN AMERICA AND CARIBBEAN

Abstract: This work is a result of an Exploratory Study about the Programs of Conditioned Income Transfer in course in Latin America and Caribbean. The main target is contextualize the emergence and development of the PTRCs on the focus region, addressing economic, social and ideological-political issues which were fundamental to include those programs on the Social Protection Systems on the vast majority of countries of Latin America since the 1990s.

Keywords: Contextualization, Program of Conditioned Income Transfer, Latin America and Caribbean.

Recebido em 03.10.2013 Aprovado em 06.01.2014

1 INTRODUÇÃO

O presente texto se constitui em um dos produtos resultantes de um Estudo Exploratório acerca dos Programas de Transferência de Renda Condicionada em desenvolvimento na região da América Latina e Caribe, o qual, por seu turno, se situa no âmbito de um Projeto de Pesquisa financiado pela CAPES e pelo CNPq, intitulado *Programas de Transferência de Renda Condicionada na América Latina: estudo comparado - Bolsa Família (Brasil), Nuevo Régimen de Asignaciones Familiares - AFAM-PE (Uruguai) e Asignación Universal por Hijo (Argentina)*.

Assim sendo, a reflexão aqui desenvolvida tem como objetivo central contextualizar a emergência e o desenvolvimento dos PTRCs na região em foco. Para tanto, aborda os fatores de ordem econômica, social e político-ideológica que determinaram a inclusão de tais programas nos Sistemas de Proteção Social da grande maioria dos países latino-americanos, como estratégia privilegiada de enfrentamento à pobreza e às desigualdades sociais, que se constituem em características histórico-estruturais da região.

2 DETERMINANTES ECONÔMICOS, SOCIAIS E POLÍTICO-IDEOLÓGICOS DO SURGIMENTO E DESENVOLVIMENTO DOS PTRCs NA AMÉRICA LATINA E CARIBE

Apartir do final da década de 1960, a economia capitalista mundial experimentou uma inflexão cujos sintomas mais evidentes foram a desaceleração da taxa de crescimento do produto industrial, a retração do valor do comércio internacional e a concomitante expansão financeira, a qual embora na visão de Arrigh (1996, p.309) não tenha representado uma novidade no desenvolvimento do capitalismo, assumiu uma dimensão e uma sofisticação técnica sem precedentes na história desse sistema de produção.

Tais manifestações expressaram mais uma crise estrutural do capital, ocasionada pela queda da taxa de lucro, em um contexto de acirramento da concorrência intercapitalista em âmbito mundial e de esgotamento do paradigma produtivo e tecnológico taylorista-fordista para fazer face às exigências de elevação da produtividade e de adequação aos novos padrões de competitividade.

Nesse contexto e em resposta à crise, assistiu-se a um conjunto de transformações que extrapolaram a base produtiva e atingiram as demais esferas da sociedade, dando conformação a um processo de reestruturação capitalista em escala global. Com efeito, em substituição ao regime fordista de acumulação, ganhou espaço um regime de acumulação flexível, cujas implicações foram muito além da introdução de inovações tecnológicas e organizacionais nas unidades básicas que compõem

a estrutura do sistema capitalista, afetando o padrão dominante de regulação econômica e social e a própria forma de organização do Estado. Tudo isso favorecido por um contexto político marcado pelo fim da Guerra Fria e ascensão ao poder de partidos e governos conservadores nos países capitalistas centrais, abrindo espaço para a disseminação e aplicação do pensamento neoliberal (LIMA, 2002).

Particularmente no que tange ao padrão de regulação econômica e social, enquanto no Welfare State Keynesiano, que deu sustentação ao regime fordista de acumulação, o objetivo central era a geração de emprego em economias nacionais relativamente fechadas, na nova forma assumida pelo Estado, denominada por Jessop (1991) de Workfare State Shumpteriano, o foco se deslocou para a promoção da inovação dos produtos, dos processos de organização e dos mercados, com vistas à competitividade estrutural de economias abertas, a partir de mecanismos de intervenção econômica que priorizam o lado da oferta e não mais o da demanda, como no Welfare State Keynesiano.

Tal mudança de orientação se traduziu, no plano econômico, em primeiro lugar, em uma série de medidas que enfatizaram a estabilização monetária e o equilíbrio orçamentário, em detrimento da geração de emprego, traduzidas, dentre outras, na privatização de empresas estatais e na redução dos gastos públicos, sobretudo na área social. Em segundo lugar, mas não menos importante, sobressaiu o reforço à competitividade e à inserção da economia nacional na nova ordem mundial globalizada, por meio de medidas tais como: a desregulamentação dos mercados, a redução e a flexibilização dos custos trabalhistas, dentre outras (LIMA, 2002).

Por outro lado, no plano social, o novo padrão de regulação estatal substituiu as “[...] políticas de integração” de cunho universalista e distributivo pelas chamadas “políticas de inserção”, de caráter residual, focalizadas nos segmentos sociais mais vulneráveis. Segundo Castel (1998), as primeiras, tendo como objetivo a homogeneização da sociedade a partir do centro, compreendiam ações voltadas para a ampliação do acesso aos serviços públicos, a redução das desigualdades, o desenvolvimento das proteções e a consolidação da condição salarial. Já as segundas visam a reduzir o *déficit de integração* dos segmentos mais vulneráveis, pautando-se na lógica da discriminação positiva, cujo horizonte é a promoção da igualdade de oportunidades tão cara à tradição liberal (LIMA, 2008, p.21).

Dentre as *políticas de inserção* merecem aqui destaque os Programas de Transferência de Renda Condicionada também denominados de Programas de Renda Mínima, os quais no contexto europeu se desenvolveram em três momentos, conforme destaca Stein (2009), baseada em uma periodização estabelecida por Ayala (2000): em

um primeiro momento emergiram as experiências pioneiras no bojo da fase expansiva do modelo de acumulação europeu, como parte do processo de expansão dos Estados de Bem-Estar modernos, em países como Dinamarca, Áustria, Suécia, dentre outros. Em um segundo momento, as experiências assumiram um caráter emergencial para fazer face à eclosão da crise econômica. O terceiro momento, iniciado em meados dos anos 1980, foi marcado pela evolução dos Programas de Renda Mínima para as chamadas Rendas Mínimas de Inserção (RMI), as quais associaram a garantia de renda ao apoio público para facilitar a inserção dos beneficiários no mercado de trabalho.

Entretanto, diante das novas condições de acumulação do capitalismo globalizado, a característica mais marcante e perturbadora da atualidade é o desemprego. Ademais, considerando-se o novo padrão de regulação econômica e social do capitalismo, inspirado na ideologia neoliberal, vale lembrar a afirmação de Gentili (1998, p. 89), segundo o qual

A garantia do emprego como direito social (e sua defesa como requisito para as bases de uma economia e uma vida política estável) desmanchou-se diante da nova promessa de empregabilidade como capacidade individual para desfrutar as limitadas possibilidades de inserção que o mercado oferece.

Inspirada na Teoria do Capital Humano¹, revista e atualizada, sobretudo a partir da segunda metade dos anos 1980, a promessa da empregabilidade, de caráter essencialmente privado, recupera a concepção individualista da Teoria do Capital Humano em sua versão original. Entretanto, ela elimina o nexo que tal teoria estabelecia entre o desenvolvimento do capital humano individual e o capital humano social, já que o tão propalado incremento das *capacidades individuais* aumenta tão somente as condições de empregabilidade, estando a efetiva inserção no mercado de trabalho condicionada ao êxito ou fracasso de cada um (LIMA, 2008).

Dada a condição *inimpreável* de grande parte da população à qual se destinam os Programas de Transferência de Renda Condicionada, assim como as demais políticas de inserção, e considerando-se seus limites para reintegrar segmentos sociais que são *inintegráveis* (face às novas exigências do mercado de trabalho e às especificidades do atual regime de acumulação), tais políticas vêm perdendo o seu pretensu caráter transitório para se tornarem permanentes. Nesse sentido, segundo Castel (1998), a inserção deixa de representar uma etapa provisória, transformando-se em um *estado* ou uma *nova modalidade de existência social*, situada entre a completa exclusão e a integração (LIMA, 2008).

Centrando o foco da análise especificamente na região da América Latina e Caribe, objeto da presente reflexão, a crise mundial iniciada em fins dos anos 1960, as grandes transformações societárias ocorridas ao longo dos anos 1970 e seguintes, no contexto do processo de globalização dos mercados e mundialização do capital, a *crise da dívida externa* e a presença de vigorosos desequilíbrios macroeconômicos na região, na década de 1980, impuseram, sob a regência dos países centrais e de agências multilaterais, a adoção de novas medidas de gestão da política econômica por parte dos países periféricos.

Foi nessa perspectiva que o Fundo Monetário Internacional (FMI) e o Banco Interamericano de Desenvolvimento (BIRD) reordenaram suas funções e iniciaram uma nova postura junto aos países do *antigo Terceiro Mundo*, como instituições balizadoras da gestão e da coordenação das *novas* políticas econômicas mundiais. Consolidou-se e generalizou-se uma nova estratégia econômica para a periferia capitalista e para todos os que deixaram de ser *países em desenvolvimento* para se transformarem em *mercados emergentes* (FIORI, 1998).

Em vista disso, o ajuste estrutural teve como uma de suas características centrais: legar maior importância ao papel dos mecanismos de mercado e, por consequência, do setor privado; redefinir o papel do Estado na sua ação interventora; e, integrar os países periféricos, nesse caso, os da América Latina na economia mundial.

As reformas contidas nos planos de ajuste estrutural marcaram a implantação de um novo modelo de desenvolvimento econômico efetivado pelos governos da América Latina, sobretudo nos anos 1990. Assim, “[...] chegava à periferia capitalista endividada e em particular à América Latina uma versão adaptada das ideias liberal-conservadoras.” (FIORI, 1998, p. 121-122).

As orientações de políticas econômicas visando e projetando o ajuste para a América Latina encontram-se bem definidas no documento denominado Consenso de Washington², o qual foi respaldado por organismos internacionais e pelos países centrais, controladores da globalização. Nesse documento, consta a série de reformas que as economias estatizadas da América Latina deveriam aplicar para atrair novamente os capitais privados depois da arrasadora crise da dívida dos anos 1980, a *década perdida* como ficou registrada na literatura.

O Consenso tinha como intento, através de uma proposta de política econômica, desencadear as necessárias mudanças, através de: (a) um pacote de reformas estruturais, comportando a liberalização da conta corrente do balanço de pagamentos e de sua conta de capitais, a desregulamentação dos controles de preços na economia (particularmente, salários, taxas de juros e taxa de câmbio) e a privatização de áreas importantes da atividade produtiva; e (b) de políticas macroeconômicas de estabilização, com o objetivo

de superar a *crise da dívida* externa, eliminando os desequilíbrios econômicos, com alto déficit e alta inflação (WILLIAMSON; KUCZYNSKI, 2004).

Em síntese, o conjunto de políticas implantado na região, ao longo dos anos 1990 pode, concisamente, ser dividido em três ordens de proposições. A primeira era relativa às políticas macroeconômicas, com recomendação de uma intensa austeridade fiscal e disciplina monetária, articulada a um programa de corte nos gastos públicos, além de reformas administrativas, previdenciárias e fiscais. A segunda, atinente a políticas microeconômicas, colocava a necessidade de desonerar o capital, na perspectiva de que, assim, aumentaria sua competitividade em um mercado internacional aberto e desregulado. Para isso, era imprescindível que as empresas dos países periféricos entrassem no *jogo global*, sendo obrigatório expô-las à competição internacional aberta, o que demandava suprimir políticas de proteção e subsídio. O entendimento era de que isso seria constituído “[...] com a diminuição dos encargos sociais e a racionalização das intervenções nos sistemas de crédito público e fiscal.” (FIORI, 1998, p. 85). A terceira mencionava a necessidade de mudança radical no modelo de industrialização pautado na substituição de importações, adotado pela maioria dos países da região desde meados dos anos 1950, o que permitiria a retomada dos investimentos e do crescimento econômico.

A reestruturação inspirada no pensamento neoliberal teve importantes consequências na região da América Latina e Caribe. Sempre considerando as especificidades de cada país, não resta dúvida que os processos de privatização, ajuste fiscal, flexibilização da relação capital-trabalho, abertura dos mercados e deterioração dos recursos naturais e energéticos bem como dos serviços públicos provocaram impactos significativos nos diferentes países da região, resumidos em uma crescente massa da população em condições de pobreza e na precarização do trabalho.

Com efeito, a América Latina fechava o século XX com quase a metade da sua população em situação de pobreza, e sendo considerada uma das regiões mais desiguais do mundo: em 1999, 43,4% da população latino-americana se encontrava em situação de pobreza. Até inícios dos anos 2000 os momentos de crescimento econômico não só não implicaram progressos substantivos na redução da pobreza e da desigualdade como incidiram para o agravamento dos índices da extrema pobreza. (Comissão Econômica para América Latina e Caribe; Organização Internacional do Trabalho, 2011).

De fato, durante a década de 1990, as políticas de ajuste neoliberal na América Latina, superpostas à herança social acumulada histórica e estruturalmente, recrudesce o quadro de crise social da região, com o aumento considerável das taxas de desemprego. Entre 1990 e 2002 a taxa média do desemprego na

América Latina tinha aumentado de 4,5% para 11,1%. Com exceção do Chile, todos os países do Cone Sul ultrapassaram a taxa média de desemprego latino-americano em 2002. Paralelamente, segundo o Relatório da Organização Internacional do Trabalho, oito de cada dez postos de trabalho, criados nos anos 1990, correspondiam a ocupações de baixa qualidade no setor informal. Assim, ao histórico problema do desemprego estrutural na América Latina, somou-se, na década de 1990, o aumento da precariedade e fragilidade das relações de trabalho (CEPAL/OIT, 2011).

As mudanças no mercado de trabalho tiveram consequências profundas na proteção social. Isto porque, dadas as características dos Estados Sociais latinoamericanos, o trabalho remunerado e, em particular, o acesso ao emprego formal é o vínculo por excelência para o acesso à proteção social em matéria de seguridade social e, em menor medida, também em matéria de saúde.

A propósito, particularmente no que tange aos sistemas de proteção social latinoamericanos, as propostas e tendências centrais de orientação neoliberal impuseram uma modificação das políticas de proteção social em direção a uma perspectiva residual-liberal. Assim sendo, os sistemas de proteção social até então centralizados, setorializados, com aspiração de universalidade e administrados estatalmente, configurados no marco do modelo de substituição de importações, foram desestruturados e *reformados* por modelos de políticas sociais descentralizados, integrais, focalizados e com a ampliação de processos de privatização. Estes modelos de perspectiva liberal se apoiam na ideia de que é o mercado, através do crescimento econômico e a *teoría do derrame*, quem cumprirá o papel fundamental de incorporação social. Este esquema se centra em intervir na pobreza e nos pobres, desarmando as relações inerentes ao modelo institucional de proteção social que institucionalizava garantias e direitos aos segmentos de trabalhadores organizados e formalizados. Desta forma, expressa uma das facetas da reação contra a organização da classe trabalhadora, que sofreu múltiplos embates através de processos de *reestruturação produtiva*, repressão política e crises econômicas nas últimas duas décadas do século XX.

Na primeira década do século XXI, verificaram-se na América Latina - com suas heterogeneidades e complexidades - algumas inflexões em relação às décadas finais do século XX. Em um contexto de crescimento econômico e de mudanças no campo político de diversos países da região, se registraram melhorias em alguns indicadores sociais, centralmente na pobreza, na indigência e nas taxas de desemprego.

Pela primeira vez em 20 anos, a partir de 2003, é possível apontar um processo de redução sistemática da pobreza e da indigência. Não só porque se alcançou, em 2012, uma redução de 15 e 7.2 pontos percentuais, respectivamente, em relação

aos percentuais de 1999, mas também porque foi uma tendência observada em grande parte dos países da região. Entre 2002 e 2008 a redução da pobreza e da indigência tinha-se manifestado em praticamente todos os países (CEPAL, 2012a). Paralelamente, embora a América Latina continue sendo uma das regiões mais desiguais do mundo, após os anos 2002 a região vivenciou uma queda substancial nos índices de concentração de renda. Contrariamente ao aumento das desigualdades de renda dos anos 1990 até início dos 2000, a partir de 2002, o coeficiente de Gini, na região e em quase todos os países, vivenciou uma queda sistemática. Enquanto 11 de 18 países estudados tiveram aumento do coeficiente Gini durante o período de 1990 a 2002, de 2002 a 2008 a tendência foi a sua diminuição, com exceção da Guatemala e República Dominicana. Note-se, inclusive, que a melhora distributiva se manteve mesmo após as crises econômicas internacionais, de 2008. Dos 18 países estudados somente na República Dominicana, Paraguai e Equador a desigualdade teve um leve aumento, durante os anos de 2008 e 2010 (Comissão Econômica para América Latina e Caribe; Organização Internacional do Trabalho, 2012).

Entretanto, a América Latina, quando comparada a outras regiões do mundo, continua sendo uma das mais desiguais. Todas as regiões, excetuando a África subsaariana, apresentam um coeficiente de Gini inferior ao latino-americano. Isto, porque apesar da queda das disparidades de renda, a desigualdade permanece como marca estrutural na região: a renda média do quintil mais rico é 18,3 vezes maior que a do quintil mais pobre (Comissão Econômica para América Latina e Caribe; Organização Internacional do Trabalho, 2012).

A melhoria dos indicadores de pobreza e desigualdade responde, em parte, ao crescimento econômico que teve como efeito positivo a geração de novos postos de trabalho. De fato, fases de crescimento do PIB similares na década anterior, não só não diminuíram como aumentaram as taxas de desemprego. O período entre 2003 e 2010 representa a primeira vez em duas décadas em que o desemprego diminuiu na América Latina e que os salários mínimos nacionais aumentaram. Quando se compara os períodos de 1991 a 1997 e de 2003 a 2010 é possível perceber uma tendência relativamente similar em termos de crescimento econômico (representada pelo PIB) e comportamentos inversos em termos da taxa de desemprego e da ocupação. Enquanto nos anos 1990 o desemprego aumentou e a taxa bruta de ocupação diminuiu, nos anos 2000, com o mesmo nível de crescimento, o desemprego diminuiu e a taxa de ocupação aumentou. Em termos de salários, a década de 2000 permitiu recuperar a perda do salário real acontecida nos anos 1990 e um aumento significativo dos salários mínimos nacionais.

Apesar do relativo aumento do emprego formal de trabalhadores assalariados, que passou

de 65,2% em 1990 para 69% em 2010, e da queda relativa do percentual de trabalhadores nos setores de baixa produtividade e informalidade, que diminuiu de 48,1% em 1990 para 42,7% em 2009, o setor de baixa produtividade continua sendo determinante na estrutura produtiva latino-americana, associado geralmente ao emprego de trabalhadores menos qualificados, com precária vinculação aos sistemas de previdência e baixos rendimentos.

Paralelamente a essas mudanças, sob a regência de setores de esquerda que ascenderam ao poder em vários países da região na década de 2000, se observaram críticas às orientações das reformas neoliberais. Nesse contexto, passaram a coexistir dois enfoques gerais sobre política social: um relacionado com a competitividade sistêmica, em que conceitos como o de capital humano e o de transmissão intergeracional da pobreza ganham relevância; outro vinculado ao enfoque de direitos e garantias de cidadania e sustentado nos pactos e tratados internacionais assumidos pelos Estados. Estes enfoques não são excludentes entre si, ainda que o segundo tenha alcançado maior visibilidade nos anos recentes (CECCHINI; MARTÍNEZ, 2011). Em termos de modelo de desenvolvimento, há um debate controvertido na literatura sobre a emergência de um *novo* padrão denominado de *neodesenvolvimentismo*.

Em realidade, é importante indicar que é a partir desse cenário que se prolifera na região a implantação de Programas de Transferência de Renda Condicionada (PTRC), cujo objetivo, nos discursos dos Chefes de Estado e de seus executivos e formuladores de políticas sociais, é o de *erradicação da pobreza*. No entanto, por detrás desse discurso é plenamente possível a percepção de que esses Programas são resultantes de imposições dadas por restrições de natureza interna e externa. As internas estão no alinhamento do gasto público estatal em razão da redefinição do papel do Estado e da governança macroeconômica exigida pelo ajuste estrutural, e, as externas estão materializadas nos compromissos firmados pelos Chefes de Estado tanto na I Cúpula das Américas, da Organização dos Estados Americanos (OEA), realizada no ano de 1994 em Miami, quanto nos Objetivos de Desenvolvimento do Milênio (ODM)³ para a região, estabelecidos em setembro de 2000, sendo o principal a erradicação da pobreza.

3 CONCLUSÃO

A partir da reflexão desenvolvida neste texto, pode-se concluir que os PTRCs, incorporados, a partir da década de 1990, aos Sistemas de Proteção Social da grande maioria dos países que integram a região da América Latina e Caribe, como estratégia privilegiada de enfrentamento à pobreza e às desigualdades sociais, resultam de um conjunto de transformações experimentadas pelo sistema

capitalista em âmbito mundial e em especial no continente latino-americano.

Dentre estas transformações, destaca-se a mudança no sentido geral que orienta o padrão de regulação econômica e social do capitalismo, cujo foco passa a se centrar em garantir as condições de flexibilidade necessárias ao atual processo de reorganização capitalista e compensar os efeitos perversos da globalização e da busca de eficiência e de competitividade a qualquer custo. O rebatimento de tal mudança em termos do padrão dominante de Política Social é a substituição ou pelo menos a secundarização das políticas de cunho universalista em favor das políticas de caráter residual, focalizadas em populações e regiões mais vulneráveis.

A manifestação concreta dessas transformações no âmbito da região da América Latina e Caribe foi a implementação, sobretudo a partir da década de 1990, de um conjunto de reformas estruturais, inspiradas no Consenso de Washington e impostas pelos Organismos Financeiros Internacionais, com vistas a favorecer a inserção das economias da região à nova ordem mundial globalizada.

As consequências desse ajuste estrutural foram deletérias do ponto de vista dos indicadores de mercado de trabalho, pobreza e desigualdade, sobrepondo-se a uma realidade já historicamente marcada pela heterogeneidade estrutural, pela forte segmentação do mercado de trabalho e pelo predomínio de Sistemas de Proteção Social que não lograram a universalização de importantes direitos sociais, posto que tinham no trabalho remunerado e, em particular, no acesso ao emprego formal o requisito essencial para o direito à proteção social em matéria de seguridade e, também, em certos casos, em matéria de saúde. De fato, apesar de algumas melhorias experimentadas pelos indicadores sociais da região a partir da primeira metade dos anos 2000, a pobreza e a desigualdade ainda persistem como marcas histórico-estruturais da região a qual figura até hoje como uma das mais desiguais do mundo.

Foi, portanto, em um contexto de recrudescimento e de persistência da pobreza e das desigualdades sociais e de mudança do padrão de regulação econômica e social que emergiram os PTRCs, os quais foram incluídos na agenda dos governos eleitos entre as décadas de 1990 e 2000, muitos destes de tendências progressistas, como principal estratégia para fazerem cumprir os compromissos assumidos relativos aos Objetivos de Desenvolvimento do Milênio, dentre os quais se destaca a erradicação da pobreza.

REFERÊNCIAS

ARRIGHI, Giovanna. **O longo século XX**. Rio de Janeiro: Contraponto; São Paulo: Editora UNESP, 1996.

CASTEL, Robert. **As metamorfoses da questão social: uma crônica do salário**. Petrópolis, RJ: Vozes, 1998.

CECCHINI, Simone; MARTÍNEZ, Rodrigo. **Protección social inclusiva en América Latina: una mirada integral, un enfoque de derechos**. Santiago: CEPAL, 2011.

COMISSÃO ECONÔMICA PARA AMÉRICA LATINA E O CARIBE. **Panorama social de América Latina 2012**: documento informativo. Santiago de Chile: Nações Unidas, 2012.

_____; ORGANIZAÇÃO INTERNACIONAL DO TRABALHO. **Coyuntura Laboral em América Latina y el Caribe**. Santiago de Chile: 2011.

FIORI, José Luís (Org.). **Poder e Dinheiro: uma economia política da globalização**. 6. ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 1998.

GENTILI, Pablo. Educar para o desemprego: a desintegração da promessa integradora. In: FRIGOTO, Gaudêncio (Org.). **Educação e crise do trabalho: perspectivas do final do século**. Petrópolis, RJ: Vozes, 1998.

JESSOP, Bob. **Changing forms and functions of the State in na era of globalization and regionalization**. Paris: [s. n.], 1991. Paper presented in EAPE conference.

LIMA, Valéria Almada. Reforma do Estado e Controle Social: limites e possibilidades da descentralização e do terceiro setor. **Revista de Políticas Públicas**, São Luis, v. 6, n. 2, 2002.

-----, Apresentando referências de fundamentação das experiências de pesquisas avaliativas. In: SILVA, Maria Ozanira da Silva e. (Org.) **Pesquisa Avaliativa: aspectos teórico-metodológicos**. São Paulo: Veras Editora; São Luis: GAEPP, 2008.

STEIN, Rosa Helena. Configuração recente dos programas de transferência de renda na América Latina: focalização e condicionalidade. In: BOSCHETTI, Ivanete et al (Orgs.). **Política Social no Capitalismo: tendências contemporâneas**. 2. ed. São Paulo: Cortez, 2009.

STIGLITZ, Joseph E.A **Globalização e seus Malefícios**. São Paulo: Futura, 2002.

WILLIAMSON, J.; KUCZYNSKI, P. P. **Depois do Consenso de Washington: retomando o crescimento e a reforma na América Latina**. São Paulo: Saraiva, 2004.

NOTAS

- ¹ A Teoria do Capital Humano, uma das mais importantes referências teóricas da economia da educação, despontou nos anos 1950-60, tendo como pressuposto o de que o Estado, ao investir na promoção de políticas planejadas de educação e formação de mão-de-obra, estaria contribuindo, por um lado, para o aumento da renda individual (derivada do incremento do capital humano individual) e, por outro, para o aumento da riqueza social (derivada do incremento do capital humano social).
- ² Entende-se que o Consenso de Washington “[...] condensava e traduzia as idéias neoliberais, já hegemônicas nos países centrais, na forma de um *pacote terapêutico* para a ‘crise econômica’ da periferia capitalista” (FIORI, 1998). O Consenso concretizou-se com aprovação e respaldo do Tesouro dos EUA e de instituições com reconhecimento público quanto a seu vínculo com o capital hegemônico internacional (FMI, BM, BIRD e OMC).
- ³ Os ODM foram fixados para o período 1990-2015. Ao todo são oito objetivos, abrangendo desde a erradicação da pobreza e preocupações como ensino, saúde e igualdade de gênero até aspectos relacionados ao meio ambiente e ao estabelecimento de uma aliança mundial para o desenvolvimento. O alcance está associado à execução de 18 metas, divididas em 48 indicadores (Comissão Econômica para América Latina e Caribe; Organização Internacional do Trabalho, 2012).

Valéria Ferreira Santos de Almada Lima

Economista

Doutora em Políticas Públicas pela Universidade Federal do Maranhão (UFMA)

Professora do Departamento de Economia e do Programa de Pós-Graduação em Políticas Públicas da Universidade Federal do Maranhão (UFMA)

E-mail: neval@elo.com.br

Carola Carbajal Arregui

Assistente Social

Doutora em Serviço Social pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (PUC-SP)

Pesquisadora da Coordenadoria de Desenvolvimento e Estudos de Projetos Especiais da Universidade Católica de São Paulo (PUC-SP).

Carlos Nelson dos Reis

Economista

Doutor em Política Econômica pela Universidade Estadual de Campinas (UNICAMP)

Professor da Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul (PUC-RG)

E-mail: cnelson@puers.br

Jorge Tripiãna

Historiador

Doutorando em Historia na Facultad de Humanidades y Ciencias de la Educación de la Universidad Nacional de La Plata (FHyCE-UNLP)

Professor na Universidad Nacional Del Centro de la Provincia de Buenos Aires (UNICEN)

E-mail: jtripiana@arnet.com.ar

Universidade Federal do Maranhão – UFMA

Cidade Universitária do Bacanga

Av. dos Portugueses, 1966

Bacanga - São Luís / MA

CEP: 65.085-580

Universidade Católica de São Paulo - PUC/SP

Rua Monte Alegre, 984 - Perdizes,

05014-901 São Paulo - SP,

Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul - PUC/RG

Av. Ipiranga, 6681 Partenon Porto

90619-900Alegre/RS

Universidad Nacional del Centro de la Provincia de Buenos Aires - UNICEN

General Pinto 399, B7000GHG Tandil, Buenos Aires, Argentina